



Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia
Procuradoria-Geral de Contas

NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA N° 08/2013/PGMPC

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, por meio da Procuradoria-Geral de Contas, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em especial as constantes no art. 129 da Constituição Federal e no art. 83 da Lei Complementar Estadual n. 154/96;

CONSIDERANDO o contido no artigo 127, da Constituição Federal, que dispõe que "*O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais*";

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos direitos assegurados na Constituição Federal, competindo-lhe a expedição de recomendação (art. 44, parágrafo único, IV, da Lei n. 93/93).

CONSIDERANDO o disposto no art. 80 da Lei Complementar Estadual n. 154/96, que estabelece competir ao Ministério Público de Contas, em sua missão, a guarda da lei e fiscalização da Fazenda Pública e de sua execução, promovendo



Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia
Procuradoria-Geral de Contas

a defesa da ordem jurídica;

CONSIDERANDO que a exigência constitucional da Licitação, disposta no art. 37, inciso XXI, da Magna Carta, é norteada pelos princípios da competição, da igualdade de condições entre os licitantes, da busca da maior vantagem para a Administração Pública, entre outros;

CONSIDERANDO que a utilização do pregão eletrônico, ao revés do presencial, já se constitui em tema pacificado perante a Corte de Contas que, reiteradas vezes (*Decisão 614/2007, Decisão n. 649/2007, Decisão n. 124/2008, Decisão n. 288/2008, Decisão n. 504/2008, Decisão n. 333/2009, Decisão n. 471/2009 e Decisão n. 199/2010*), tem decidido que a utilização do pregão eletrônico não se configura ato discricionário, ao contrário, por se tratar de mecanismo pelo qual é possível a obtenção de melhor proposta, em face dos *princípios da economicidade e eficiência*, a observância da *moralidade administrativa* e a observância, também, do *princípio da transparência* na atuação administrativa, haja vista que qualquer cidadão tem acesso, via internet, às contratações eletrônicas efetuadas, não compete, aliás, não pode a Administração Pública dele afastar-se;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Monte Negro está realizando o *Pregão n.º. 057/2013*, na modalidade Presencial, do Tipo Menor Preço unitário, tendo por objeto aquisição de material permanente sendo ar condicionado 36.000 BTUS e serviços especializados em instalação, a serem destinados a Escola Municipal Mário Palmério, através do Convênio n. 256/PGE-2012, conforme veiculado no Diário Oficial do Estado n. 2257, publicado em 17.07.2013;

CONSIDERANDO que reiteradas vezes tem essa Prefeitura utilizado do Pregão Presencial, em prejuízo do Eletrônico;

RESOLVE expedir a presente notificação recomendatória:

À **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO - RO**, na pessoa do Prefeito **JAIR MIOTO JÚNIOR**, quando da aquisição e/ou contratação de bens ou serviços, atentar para o cumprimento das seguintes condicionantes:

a) sempre que a natureza do objeto pretendido pela

2



Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia
Procuradoria-Geral de Contas

Administração permitir, **usar o pregão eletrônico, ao invés do presencial;**

b) a opção por alternativa diversa da modalidade pregão eletrônico, em casos tais, implica em flagrante ofensa ao art. 3º da Lei n. 8.666/93 e aos *princípios da economicidade, eficiência, moralidade e transparência;*

No caso concreto, se ainda possível, promover as medidas necessárias para a adoção do pregão, a fim de estabelecer a legalidade do pregão ora perscrutado (Pregão Presencial nº 084/2013).

Adverte-se a Prefeitura que na próxima ocorrência, o Ministério Público de Contas, se não atendidas às recomendações da presente Notificação, ingressará com Representação perante o TCE para que seja reestabelecida a legalidade, o que poderá causar prejuízo às ações da Administração, além de multa aos administradores, gestores e/ou responsáveis, na forma prevista na Lei Complementar n. 154/96 e no Regimento Interno do TCE/RO (Resolução Administrativa 005/TCER-96) e demais cominações legais aplicáveis à espécie.

Porto Velho, 22 de julho de 2013.

ERIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA

Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas de Contas